

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 644.148 - PR (2014/0339605-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **BLM GROUP DO BRASIL**
AGRAVANTE : **BLM SPA**
ADVOGADO : **JOÃO PAULO BETTEGA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO E OUTRO(S) - PR034707**
AGRAVADO : **COMP - INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA**
ADVOGADOS : **ANTENOR DEMETERCO NETO - PR028234**
ANTÔNIO CLÁUDIO DE FIGUEIREDO DEMETERCO E OUTRO(S) - PR029045

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo interno interposto pelos agravantes, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 172):

AGRAVO - DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR SER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ E DESTA CORTE - AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO - RECURSO MANEJADO CONTRA DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - REGRA ESPECÍFICA DE COMPETÊNCIA DO ART. 100, INCISO V, ALÍNEA "A", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUE TRATA DAS AÇÕES RELATIVAS A REPARAÇÃO DE DANO, COM APLICAÇÃO PREPONDERANTE SOBRE A REGRA GERAL DO ART. 94 DO MESMO CODEX, QUE CUIDA, DE FORMA ABRANGENTE, DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DE AÇÕES FUNDADAS EM DIREITO PESSOAL - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, os agravantes apontaram violação dos arts. 94 e 100, IV, "a", do CPC/1973, sustentando que a competência para o julgamento da ação no caso concreto seria a do foro do lugar onde a ré tem sua sede. Argumentaram que a ação versa sobre vício redibitório, aplicando-se, portanto, a regra geral. Aduziram ainda que (e-STJ fls. 192 e 197):

A discussão que a autora, ora recorrida, apresenta em sua inicial é um suposto vício existente no equipamento, objeto do contrato de compra e venda entabulado entre as partes. Ora, nestas condições, fica claro que o ponto central da presente ação é de natureza pessoal.

Logo, ao contrário do entendimento apresentado pelo v. acórdão recorrido, aplica-se ao caso em tela a regra geral do artigo 94, combinada com o artigo 100, IV, "a", ambos do Código de Processo Civil, que estabelecem que a ação deve ser proposta no foro do domicílio do réu, e no local da sede da empresa.

(...)

Logo, tratando-se de ação de natureza pessoal, de rigor a aplicação da regra de competência segundo a qual a ação deverá ser ajuizada no Foro do domicílio do réu, nos termos do artigo 94 do Código de Processo Civil.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 204/211).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

O Tribunal de origem manteve a competência reconhecida pelo Juízo da 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, destacando (e-STJ fls. 174/175:

(...) não ver elementos fáticos e jurídicos autorizadores para a sua reconsideração, motivo pelo qual deixo de promover o juízo de retratação, previsto no artigo 557, § 10, do Código de Processo Civil, colocando o feito em mesa para o necessário' exame recursal por esta Sétima Câmara Cível.

Como anteriormente explicado, trata-se de demanda por meio da qual pretende a postulante a rescisão de contrato de compra e venda de uma máquina, bem como a condenação das rés ao pagamento de danos emergentes e lucros cessantes.

(...)

Na espécie, a autora pleiteia a rescisão do negócio jurídico - ao argumento de que o maquinário adquirido não corresponde à performance prometida - e a condenação das requeridas ao pagamento de indenização daí decorrente.

Diante desse cenário, sobressai o caráter reparatório da lide, de tal modo que, a teor do entendimento dominante da jurisprudência, o foro competente para o seu julgamento é aquele do lugar do ato ou fato.

Isso porque a regra específica de competência prevista no art. 100, inciso V, alínea "a", do CPC, que trata das ações relativas a reparação de dano, tem aplicação preponderante sobre a regra geral do art 94 do mesmo Codex, que cuida, de forma abrangente, da competência para o julgamento de ações fundadas em direito pessoal.

Nesse contexto, inalterada a premissa fática de que a rescisão foi motivada pela insuficiência da performance do maquinário, o entendimento adotado coincide com a jurisprudência do STJ, segundo a qual a competência para processar e julgar a ação reparatória é aquela prevista no art. 100, V, do CPC/1973. No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) -EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ALEGADO ILÍCITO CIVIL - APLICAÇÃO DA REGRA ESPECÍFICA DO ART. 100, V, "A", PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, QUE FACULTA AO AUTOR A OPÇÃO DE AJUIZAR AÇÃO NO FORO DE SEU DOMICÍLIO OU NO FORO DO LOCAL EM QUE OCORREU O ATO ILÍCITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA EMPRESA.

1. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que o art. 100, parágrafo único, do CPC abrange tanto os ilícitos de natureza penal quanto de natureza civil - como no caso vertente -, facultando ao autor propor a ação reparatória no local em que se deu o ato ou fato, ou no foro de seu domicílio. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 435.750/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 24/02/2016)

Superior Tribunal de Justiça

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator